

PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS: INTERAÇÕES E CONEXÕES¹

Maria Eurácia Barreto de Andrade²

Sineide Cerqueira Estrela³

Eixo temático: 5. Alfabetização e educação de jovens, adultos e idosos

Resumo: Este artigo debruça-se sobre as interações das pessoas jovens, adultas e idosas com as práticas de leitura e escrita vivenciadas no seu cotidiano. Para tanto, o objetivo que mobiliza o trabalho é compreender como se dão as interações de pessoas jovens, adultas e idosas com práticas sociais de leitura e escrita. Nesta perspectiva, as referências básicas que respaldam o trabalho pautam-se em Ribeiro (2003), Inaf (2018), Andrade, Freitas e Santos (2020), Serra (2003), Mühl (2005), dentre outros. O percurso metodológico, embasado na metodologia de abordagem qualitativa, encontra-se atravessado por duas técnicas de produção de dados, sendo um questionário e um teste cognitivo a partir da metodologia do Inaf (RIBEIRO 2003). Os resultados apontam que o acesso à leitura e a escrita se constituem, no contexto atual, como imprescindíveis não somente para a busca de melhoria das condições de vida, mas para que, de posse destas habilidades, os sujeitos possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e com a garantia de equidade, respeito e inclusão social.

Palavras-chave: Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Alfabetismo Funcional; Leitura e escrita; Interações letradas.

¹ Artigo publicado no E-book intitulado “Movimentos Sincronizados: entre o fazer e o dizer” Editora CRV (2021), com o título “Jovens, Adultos e Idosos e interações com práticas de leitura e escrita: tessituras, conexões e cruzamentos”. Revisado e ajustado.

²Doutora em Educação e professora vinculada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Contato: mariaeuracia@ufrb.edu.br

³Doutora em Educação e coordenadora pedagógica vinculada à Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SECB). Contato: sineidestrela@hotmail.com

Introdução

Trazer à tona reflexões sobre as interações de leitura e escrita vivenciadas por pessoas jovens, adultas e idosas de diferentes idades e níveis de escolarização requer ampla problematização acerca do analfabetismo, considerando alguns dados e indicadores nacionais no intuito de melhor compreender as conexões entre estes e as vivências de letramento dos sujeitos pesquisados.

Inicialmente, faz-se relevante evidenciar que, conforme já anunciado por Andrade, Freitas e Santos (2020, p. 65), “[...] o nosso país enfrenta inúmeros desafios do ponto de vista da busca pela superação de entraves históricos, como por exemplo, o analfabetismo entre as pessoas jovens, adultas e idosas”. Este desafio está posto e se constitui enquanto ordem do dia para as reflexões e problematizações no âmbito das instituições de ensino da Educação Básica e, principalmente, dos cursos de formação de professores das Universidades, pois a educação na condição de direito básico de todos os sujeitos é requisito essencial para a construção de uma sociedade mais justa, organizada e atravessada por justiça social.

Nesse sentido, o analfabetismo vem se constituindo como um problema histórico por persistir no contexto brasileiro desde o período da colonização, conforme salientado por Sá (2016). Assim, é urgente a priorização de políticas públicas que contemplem a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, sobretudo com olhar sensível e cuidadoso para o primeiro segmento que foca nos processos, campos e dimensões da alfabetização deste público que teve este direito básico usurpado. E quando se destaca para esta etapa inicial de escolarização é na perspectiva de mitigar uma dívida social a estes homens e mulheres, pois a alfabetização é o mínimo de direito e dignidade que se pode possibilitar para os sujeitos.

Mesmo sendo visível a redução dos indicadores de analfabetismo no nosso país, não podemos negar que o número de pessoas jovens, adultas e idosas não ou pouco escolarizadas ainda se constitui um grande desafio e provoca-nos a refletir e problematizar sobre as intenções, os interesses políticos que atravessam e a quem de fato serve, uma vez que este demonstra os reflexos do descumprimento de um direito constitucional. É nesta perspectiva que evidenciamos os dados do Indicador Nacional de Alfabetismo⁴ Funcional (Inaf⁵), que diferentemente dos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

⁴ O alfabetismo, segundo o Inaf, diz respeito à capacidade não somente de compreender, mas, sobretudo, utilizar e refletir sobre as mais diversas informações de leitura e escrita, de modo que possa participar ativamente dos eventos e práticas sociais nos seus mais diversos âmbitos.

⁵ Representa uma iniciativa do Instituto Paulo Montenegro – Ação Social do IBOPE e da ONG Ação Educativa que tem como objetivo basilar, segundo Ribeiro (2003, p. 9), “oferecer a sociedade brasileira um conjunto de informações sobre habilidades e práticas relacionadas à leitura, escrita e matemática da população brasileira, de modo a fomentar o debate público e subsidiar a formulação de políticas de educação e cultura”.

(IBGE) revela dados não apenas no âmbito da compreensão dos entrevistados acerca da sua interação com a leitura e escrita, ou simplesmente se sabe ler e escrever ou se é ou não alfabetizado. Implica um processo de entrevista, mas associado a essa escuta é realizado teste com os colaboradores⁶, no sentido de verificar as interações e habilidades destes com as práticas sociais em que a leitura e a escrita estão inseridas.

A última edição do Inaf em 2018 revela que 29% da população brasileira está inserida no mapa do não alfabetismo funcional, conforme pode ser visualizado no Quadro 1, a seguir, dois pontos percentuais acima do indicador registrado na edição de 2015.

Quadro 1. Níveis de alfabetismo conforme o Inaf – 2018

Analfabeto	8%
Rudimentar	22%
Elementar	34%
Intermediário	25%
Proficiente	12%
Analfabeto Funcional (analfabeto + rudimentar)	29%*
Funcionalmente Alfabetizados (elementar + intermediário + proficiente)	71%

Fonte: Inaf 2018
 *O critério de arredondamento das frações dos resultados permite percentuais totais diferentes da soma dos números arredondados.

Fonte: Inaf (2018).

Este número reflete a não seriedade com a educação das pessoas jovens, adultas e idosas pouco ou não escolarizadas e revela a urgência de políticas públicas educacionais para a modalidade da EJA, principalmente para aqueles e aquelas que tiveram negado o direito constitucional básico da aquisição e apropriação da leitura e da escrita para interação e uso social com autonomia nas mais diversas situações comunicativas. Os bens culturais produzidos historicamente precisam ser acessados por todos e, para isso, a oferta qualificada e as condições necessárias para acesso e a permanência precisam ser garantidas.

É nesta perspectiva que este estudo está pautado e tem a intenção primeira de compreender como se dão as interações de pessoas jovens, adultas e idosas com práticas sociais de leitura e escrita. Para isso, foi realizada uma pesquisa com jovens, adultos e idosos de diferentes faixas etárias, regiões e escolaridade, no intuito de verificar de que forma a leitura e a escrita estão presentes nas suas vidas e os intercâmbios promovidos nas práticas sociais.

2. Caminhos Metodológicos da Pesquisa

A opção metodológica neste estudo se inscreve como de abordagem qualitativa, considerando que esta não anula a quantificação dos dados, de modo a legitimar as

⁶ Os colaboradores atendem ao procedimento de amostragem considerando diferentes fatores, como faixa etária, nível de escolarização, região, sexo, dentre outros.

interpretações apresentadas. Para a produção dos dados, respaldamo-nos na metodologia realizada pelo Inaf (RIBEIRO 2003), com a realização de questionário contextual e aplicação de teste cognitivo⁷.

O Inaf de 2001 a 2011 distinguia quatro níveis de habilidades de leitura, escrita e matemática da população: o analfabetismo, o nível rudimentar, o nível básico e o nível pleno. A partir de 2015, a escala de interpretação de resultados foi reestruturada com a intenção de melhor dimensionar os resultados, reorganizados em cinco níveis. Os níveis Analfabeto e Rudimentar, que juntos definem o Analfabetismo funcional, não foram alterados; já os níveis Básico e Pleno, que caracterizavam o grupo dos Funcionalmente Alfabetizados, foram reorganizados em três: Elementar, Intermediário e Proficiente⁸. Todos estes níveis apresentam algum grau de funcionalidade que os sujeitos podem aplicar em determinados contextos, mas apenas os níveis básico e pleno são considerados satisfatórios, pois permitem a utilização autônoma da leitura, escrita e matemática em diferentes situações comunicativas.

Neste estudo, optamos por manter a escala de apenas quatro níveis, considerando as referências de análise dos dados estarem respaldadas nesta primeira escala, priorizada nas edições de 2001 a 2011.

Os sujeitos da pesquisa são 31 jovens, adultos ou idosos, sendo 97% do sexo feminino, com idade entre 25 e 65 anos. Interessa destacar que alguns dos dados produzidos⁹ junto aos sujeitos por meio do questionário contextual e do teste cognitivo serão analisados no tópico de resultados e discussões, a seguir.

3. Resultados e Discussão: interações dos jovens, adultos e idosos com as práticas de leitura e escrita

Partindo desta metodologia, foi realizado o teste cognitivo com os sujeitos da pesquisa para verificação do nível de alfabetismo, conforme pode ser observado no Quadro 2, a seguir, o qual revela uma realidade que se aproxima dos dados do país.

Quadro 2. Nível de alfabetismo dos sujeitos pesquisados

BASE	31
NÍVEIS	%
Analfabeto	22%
I. Rudimentar	42%
II. Básico	26%
III. Pleno	10%

⁷ Refere-se a utilização de diferentes situações de leitura e interpretação de textos do cotidiano.

⁸ A intenção deste novo agrupamento foi a melhor discriminação da população funcionalmente alfabetizada.

⁹ Apenas alguns dos dados produzidos serão aqui apresentados e analisados, considerando ser um recorte de uma pesquisa mais ampla com jovens, adultos e idosos. Aqui, interessa-nos destacar as interações com as práticas de leitura e escrita pelos sujeitos no seu cotidiano sociofamiliar.

Analfabeto e Rudimentar	Analfabetos Funcionais	64%
Básico e Pleno	Alfabetizados Funcionalmente	36%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

O quadro 2 revela que 22% dos pesquisados são pessoas não alfabetizadas. Estes, considerando a pesquisa do INAF, são os sujeitos que não conseguem ler e escrever nem mesmo pequenos textos. 42% estão no nível rudimentar, ou seja, são sujeitos com capacidade de ler palavras ou textos simples do seu cotidiano não possibilitando a inserção do sujeito no contexto social; 26% no nível básico, que corresponde à capacidade de localização de informações em textos curtos e médios; e apenas 10% no nível pleno, que abrange a leitura e interpretação de textos mais longos e complexos que dependem de certo grau de inferência. Estes dados aqui apresentados possibilitaram melhor análise e compreensão acerca das interações de leitura e escrita apresentadas pelos colaboradores.

Diante deste resultado apresentado e de outros fatores observados no transcorrer da pesquisa, alguns dados tencionam maior detalhamento para uma melhor compreensão acerca das interações que os sujeitos estabelecem com a leitura e a escrita. Para tanto, os quadros, a seguir, fizeram-se necessários por possibilitarem uma visão panorâmica do objeto em pauta. Inicialmente destacamos a capacidade de leitura e escrita dos colaboradores por nível de alfabetismo, como ilustra o Quadro 3.

Quadro 3. Capacidade de leitura e escrita dos jovens, adultos e idosos pesquisados por nível de letramento

	Nível de alfabetismo			
	Analfabeto	I. Rudimentar	II. Básico	III. Pleno
Sabe ler e escrever?				
Sim	-	100%	100%	100%
Não	100%	-	-	-
Considera-se alfabetizado?				
Sim	-	100%	100%	100%
Não	100%	-	-	-
Como avalia sua capacidade de leitura e escrita?				
Incapaz de ler e escrever	86%	-	-	-
Ler e escreve com dificuldade	14%	62%	-	-
Ler e escreve sem dificuldade	-	38%	100%	100%
Como avalia sua capacidade de leitura e escrita frente às oportunidades profissionais?				
Ajuda muito	-	8%	75%	100%
Ajuda pouco	-	-	-	-
Atrapalha muito	100%	92%	25%	-
Atrapalha pouco	-	-	-	-

Fonte: dados obtidos na pesquisa.

O quadro 3 apresenta indicadores já esperados no que se refere às questões iniciais:

“sabe ler e escrever? Considera-se alfabetizado?” Em ambas as questões foi respondido NÃO pela totalidade dos colaboradores jovens, adultos e idosos não alfabetizados. 100% dos sujeitos inseridos nos demais níveis de alfabetismo responderam que sim, sabem ler e escrever e consideram-se alfabetizados.

Quanto à avaliação sobre a capacidade de leitura e escrita, 86% dos entrevistados não alfabetizados (aqueles que não tiveram oportunidade de acesso à escola) afirmaram que se consideram incapazes de ler e escrever e 14% afirmaram ler e escrever com dificuldade. Já os que estão inseridos no mapa do nível rudimentar, sendo 62%, declararam que conseguem ler e escrever com dificuldade e 38% revelaram que leem e escrevem sem dificuldade. Dos que estão inseridos nos níveis básico e pleno, a totalidade respondeu que consegue ler e escrever sem nenhuma dificuldade. No que se refere à capacidade de leitura e escrita frente às oportunidades profissionais, foi observado que 100% dos estudantes considerados não alfabetizados afirmaram que atrapalha muito e a totalidade dos estudantes inseridos no nível pleno de alfabetismo destacaram que a leitura e escrita ajudam muito no que se refere às oportunidades profissionais. Estes dados são bastante reveladores e nos mobilizam na luta em defesa da garantia do direito constitucional da educação escolar para todos e todas, sobretudo para aqueles e aquelas que tiveram negada a possibilidade de apreensão e apropriação da leitura e da escrita.

Os dados convidam-nos a refletir sobre a problemática do analfabetismo e como este reflete de forma negativa na vida dos sujeitos: ler e escrever são condição para uma participação mais ativa e autônoma nas práticas sociais e o quadro é bastante elucidativo quando evidencia que os estudantes que não tiveram acesso à escolarização são incapazes de ler e escrever ou leem e escrevem com dificuldade. Além disso, revelam o quanto a impossibilidade ou dificuldade de ler e escrever prejudica nas oportunidades profissionais. Conforme anunciado por Mühl (2005, p. 7),

[...] a alfabetização tornou-se um direito subjetivo que deve ser garantido a todos os cidadãos [...] Ler e escrever são necessidades quase tão fundamentais quanto trabalhar, alimentar-se, vestir-se. Porém [...] o analfabetismo paira ainda hoje, vergonhosamente, como um grande problema em contextos menos desenvolvidos.

O quadro 3 também tenciona uma reflexão sobre o conceito de alfabetização e de estar alfabetizado. Se compreendermos a alfabetização numa perspectiva ampla, considerando o seu movimento conceitual a partir das demandas apresentadas socialmente, ou seja, para além da codificação e decodificação de símbolos, não apenas os sujeitos não escolarizados, mas, também, os que estão no nível rudimentar entrariam neste mapa, uma vez que ambos são considerados como não alfabetizados funcionais. Do mesmo modo, o

conceito de ser alfabetizado ou não alfabetizado precisa ser amplamente debatido, visto que, de acordo com Mühl (2005, p. 6):

[...] o que se tem percebido é que, à medida que a sociedade humana se torna mais dependente da escrita e se complexifica do ponto de vista de sua organização social e econômica, novas formas de analfabetismo vêm se constituindo, ampliando progressivamente o número de pessoas excluídas do usufruto dos bens culturais.

Assim, os dados evidenciam que os jovens, adultos e idosos não ou pouco escolarizados, inseridos no grupo de não alfabetizados ou de nível rudimentar na sua grande maioria, já passaram e ainda passam por alguma dificuldade nas suas interações com as práticas de leitura e escrita, assim como a não oportunidade de maior vivência escolar dificulta as oportunidades profissionais.

O Quadro 4, adiante, refere-se aos materiais escritos que os jovens, adultos e idosos pesquisados possuem nas suas residências e revela que mesmo as pessoas não alfabetizadas possuem percentual significativo de escritos em seus lares, ainda que em menor escala em relação aos inseridos nos níveis mais altos de alfabetismo.

Quadro 4. Materiais escritos que os jovens, adultos e idosos pesquisados possuem nas residências por nível de alfabetismo

	Nível de alfabetismo			
	Analfabeto	I. Rudimentar	II. Básico	III. Pleno
Calendários, folhinhas	86%	92%	100%	100%
Álbuns, fotografias	57%	69%	100%	100%
Bíblia, livros sagrados ou religiosos	57%	77%	100%	100%
Agendas de telefone/endereço	14%	31%	62%	100%
Dicionário	14%	31%	75%	100%
Livro de Receitas	28%	46%	75%	100%
Livros didáticos	86%	77%	75%	100%
Livros Infantis	43%	38%	75%	100%
Guias, listas, catálogos	-	-	-	33%
Livros de literatura/romances	-	-	-	67%
Enciclopédia	-	-	-	67%
Livros técnicos	-	-	-	33%
Rótulos, embalagens	57%	61%	100%	100%
Outros	-	-	-	33%

Fonte: dados obtidos na pesquisa.

A grande maioria dos escritos apresentados no quadro encontra-se nos domicílios dos colaboradores em todos os níveis, à exceção dos Guias, listas, catálogos (33%), livros de literatura/romances (67%), Enciclopédia (67%) e livros técnicos (33%) que foram mencionados apenas pelos jovens, adultos e idosos que estão no nível pleno. Raras pequenas exceções, os dados revelam que quanto maior o nível de alfabetismo maiores são os materiais escritos que os colaboradores possuem. Conforme Serra (2003, p. 81), “[...]estes

dados levam-nos a inferir que de alguma forma a cultura escrita está presente na totalidade das residências dos entrevistados, independentemente da forma e do nível de apropriação e domínio sobre o texto escrito desses entrevistados”.

Por fim, o Quadro 5 apresenta as atividades que os jovens, adultos e idosos pesquisados costumam realizar sem dificuldade, e é revelador o quanto as pessoas não alfabetizadas e/ou não alfabetizadas funcionalmente são privadas de tantas ações práticas do seu cotidiano por não terem tido garantido o direito constitucional de ler e escrever com autonomia.

Quadro 5. Atividades que os jovens, adultos e idosos pesquisados costumam realizar sem dificuldade por nível de alfabetismo

	Nível de alfabetismo			
	Analfabeto	I. Rudimentar	II. Básico	III. Pleno
Preparar listas de compras	-	46%	37%	67
Verificar datas de vencimento dos produtos que compra	65%	70%	87%	100%
Comparar preços de produtos antes de comprar	86%	69%	62%	100%
Procurar ofertas em folhetos	71%	46%	50%	67%
Comprar a prazo com crediário	-	15%	25%	33%
Notar suas dívidas e despesas	-	31%	75%	100%
Pagar contas em bancos ou casas lotéricas	-	15%	25%	100%
Realizar depósitos ou saques em caixas eletrônicos	-	8%	25%	67%
Controlar saldos e extratos bancários	-	8%	37%	100%
Ler bula de remédio que comprou	-	77%	62%	67%
Ler manuais para instalar aparelhos domésticos	-	-	12%	67%
Reclamar sobre algum serviço ou produto que adquiriu	-	-	-	33%
Outras	-	-	-	33%

Fonte: dados obtidos na pesquisa.

O quadro revela que quanto maiores os níveis de alfabetismo, maiores também são as interações letradas que realizam, sem dificuldade. Estes dados convidam-nos a refletir sobre a vida das pessoas pouco ou não escolarizadas neste contexto social letrado e grafocêntrico. Muitas ações simples e necessárias para as práticas cotidianas não são possíveis para estas pessoas, como, por exemplo, notar suas dívidas e despesas, pagar contas em bancos ou casas lotéricas, realizar depósitos ou saques em caixas eletrônicos, controlar saldos e extratos bancários, dentre outras. Isso evidencia a dívida social que o país tem com os jovens, adultos e idosos que não tiveram garantido o direito da “leitura da palavra”. Concordamos com Serra (2003, p. 66) ao declarar que “[...] temos a obrigação ética de contribuir para que outras Marias possam exercer o direito de ler e escrever livremente”.

Assim, os dados apresentados convocam-nos à busca por uma nova narrativa para a

educação/alfabetização das pessoas jovens, adultas e idosas, pois, em consonância com Serra (2005), para alcançar justiça social todos devem desfrutar das mesmas condições não só materiais, mas também imateriais, como a leitura e a escrita, de modo que possibilitem uma vida com dignidade e acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade.

Considerações Finais

Todos os dados e reflexões aqui apresentados foram fundamentais para compreendermos as interações das pessoas jovens, adultas e idosas com as práticas sociais de leitura e escrita, além de percebermos as possibilidades e limitações dos sujeitos com a língua escrita.

Nesse sentido, o estudo possibilitou verificar que apesar de o país ter teoricamente democratizado o acesso, ainda há um longo caminho a percorrer na prática. Essa democratização precisa ser, de fato, garantida a todos os níveis e modalidades da educação, mas, para além disso, esta oferta deve vir acompanhada das condições necessárias para a inserção e permanência atravessada por um trabalho pedagógico qualificado que atenda às necessidades dos sujeitos e possibilite a sua emancipação para intervir com autonomia nos espaços de atuação.

É urgente desconstruir o que vem sendo construído historicamente, sobretudo pelas agências nacionais e internacionais para a educação, invisibilizando a Educação de Jovens e Adultos e concentrando as metas para as crianças e adolescentes da educação escolar básica. As demandas dos jovens, adultos e idosos pouco ou não escolarizados precisam ser atendidas por meio de políticas públicas que contemplem os sujeitos trabalhadores e seus contextos de atuação. É necessário pensar urgentemente novas possibilidades de escolarização para construção de uma nova narrativa para a modalidade.

Assegurar o acesso à cultura escrita para todos os sujeitos, em seus diversos tempos geracionais, deve ser bandeira de luta, pois representa ordem do dia para as discussões e reflexões nos espaços escolares e formativos. Desta forma, a alfabetização, em todas as suas dimensões, deve ser colocada como centro dos esforços, de modo a garantir uma maior participação social dos sujeitos nas práticas sociais de leitura e escrita. Não se pode esquecer que o acesso à leitura e a escrita se constituem no contexto atual como imprescindíveis não somente para a busca de melhoria das condições de vida, mas para que de posse destas habilidades os sujeitos possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e com a garantia de equidade, respeito e inclusão.

Referências

ANDRADE, Maria Eurácia Barreto; FREITAS, Gilselia Macedo Cardoso; SANTOS, Andreia Barbosa. Diálogos sobre alfabetização de jovens, adultos e idosos no âmbito do CFP/UFRB. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 4, n. 1, p. 64-75, 2020. DOI: <https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v4i1.181>

INAF. Indicador de Alfabetismo Funcional. **Inaf Brasil 2018**: resultados preliminares. Ação educativa, Instituto Paulo Montenegro, Ação Social do IBOPE. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/LENOVO/Downloads/Inaf2018_Relat%C3%B3rio%20Resultados%20Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

MÜHL, Eldon Henrique. A universidade e o compromisso com a alfabetização. In: SANTOS, Maria Lêda Lóss dos. DAMIANI, Fernanda Eloisa. (Orgs). **Onde eles estão?** Desvelando o analfabetismo no Brasil. Passo Fundo: UFP Editora, 2005. p. 7-11.

RIBEIRO, Vera Masagão. Por mais e melhores leitores: uma introdução. In: RIBEIRO, Vera Masagão. (Org.) **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: global, 2003. p. 9-29.

SÁ, Maria Reneude de. **Analfabetismo e alfabetização**: representações de professores alfabetizadores. Curitiba: Appris, 2016.

SERRA, Elisabeth D'Angelo. Políticas de promoção de leitura. In: RIBEIRO, Vera Masagão. (Org.) **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: global, 2003. p. 65-85.